

**PRINCÍPIOS E VALORES RELIGIOSOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: A  
QUESTÃO DO EMPREGO NA ECONOMIA POLÍTICA**

Prof. Dr. Francisco Américo Cassano  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

**Resumo**

A abertura comercial, advinda com a globalização, trouxe efeito discutível no nível de emprego dos participantes do comércio internacional. O objetivo do estudo é descrever a questão sob o ponto de vista clássico e marxista, verificando se a origem religiosa dos pensadores influenciou nas respectivas análises. Adicionalmente, o estudo verifica se abertura comercial se relaciona com nível de emprego. Os resultados obtidos permitiram afirmar que a origem religiosa não influenciou as análises e formulações teóricas. Ademais, a linha de pensamento de Smith, ampliada por Ricardo, é a que contempla efeitos da abertura comercial em relação ao nível de emprego. Conclusão decorrente é que a economia globalizada não é fenômeno atual e sim originado com proposta dos economistas clássicos. Marx ao considerar que não havia produto excedente, mas sim mais-valia, e que o mercado competiria através de sistema de troca normal, tornou os efeitos dessa concepção pouco relacionada com o nível de emprego. Ademais, Marx afirmou que aos capitalistas interessava manter parte dos trabalhadores desempregada para reduzir salários e avançar, mesmo com desemprego, em função do avanço técnico. Provou-se posteriormente que essa argumentação carecia de consistência lógica e estava incorreta em relação às economias competitivas dos países desenvolvidos.

Palavras-chave: Emprego; Religião; Teoria Clássica e Marxista

***Abstract***

The commercial opening, consequence of the globalization, brought arguable effects in the employment level of the participants of the international trade. The objective of the study is to describe the question under the classic and Marxist points of view, verifying if the religious origins of the thinkers influenced in their respective analyses. Additionally, the study verifies if commercial opening relates with employment level. The obtained results have allowed to affirm that the religious origin did not influence the theoretical analyses and formularizations. Furthermore, the line of thought of Smith, extended by Ricardo, is the one that contemplates the effects of the commercial opening in relation to the employment level. The decurrent conclusion is that the globalized economy is not a current phenomenon but one that originated with the proposal of the classic economists. Marx, when considering that there was no exceeding product, but instead more-value and that the market would compete through a system of normal exchange, turned the effects of this conception nearly unrelated with the employment level. Furthermore, Marx affirmed that for the capitalists it is interesting to keep part of the workers unemployed in order to reduce wages and to advance, even with unemployment, due to the technical advance. It was proved later that this argument lacked logical consistency and was incorrect in relation to the competitive economies of the developed countries.

Key words: Employment; Religion; Classic and Marxist Theory

## **Introdução**

A abertura comercial, advinda com a economia globalizada, traz um efeito discutível sobre o nível de emprego dos países que participam do comércio internacional.

Tendo em vista que esta é uma questão existente na economia desde os clássicos, o objetivo deste trabalho é analisar a questão do emprego sob o ponto de vista clássico e marxista, permitindo verificar se a origem religiosa de cada pensador – juntamente com os seus princípios e valores – influenciou nas respectivas análises sobre o nível de emprego. Adicionalmente, o estudo verifica se a abertura comercial, segundo esses mesmos pensadores, traz benefícios ou não para o nível de emprego.

Como ponto de partida, o estudo apresenta uma breve análise sobre a origem religiosa de Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, aqui considerados como elementos principais da corrente de pensamento clássica e marxista.

Em seguida, o estudo aborda uma visão resumida dos principais economistas clássicos – Smith, Ricardo, Malthus e Mill – que abordaram de forma direta ou indireta a questão do emprego em relação à abertura do comércio.

Complementando, será efetuada uma análise na obra marxista que, por ser objeto de uma controvérsia em relação ao pensamento clássico, merece, portanto, uma atenção mais pormenorizada a fim de se obter os instrumentos necessários para uma conclusão mais precisa.

Dessa forma, a conclusão deste trabalho indica se houve influências religiosas na formulação teórica dos pensadores analisados sobre a questão do emprego e qual das duas correntes de pensamento – clássica ou marxista – estaria mais próxima de um efeito ideal para a economia em relação ao nível de emprego.

### **1. Origem religiosa, princípios e valores**

## 1.1. Adam Smith

Nascido em 1723 na cidade de Kirkcaldy – Escócia, Smith foi educado nos primeiros rudimentos escolares em seminário anglicano e não seguiu a profissão eclesiástica por não se sentir inclinado à mesma.

Antes de publicar a sua obra mais consagrada – *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, em 1776 – Smith desenvolveu em 1759 a *Teoria dos Sentimentos Morais* – TSM.

Nesse trabalho discute o papel da simpatia ao relacionar o auto-interesse com a virtude. Smith considerou que o mercado – na sua visão econômica da *Riqueza das Nações* – promoveu diversas virtudes: responsabilidade, honestidade, frugalidade, habilidade e autocontrole. Assim, a busca pela riqueza e poder requer essas virtudes para o homem ser bem sucedido.

Nos períodos anteriores a essa concepção, não havia o mecanismo mercadológico seletivo ou recompensas para o homem dispor da virtude e Smith considerava que os poderosos utilizavam e dependiam da fraude e do privilégio.

A virtude também era reconhecida e apoiada pela Igreja e pela Sociedade, com Smith reconhecendo que a religião era uma expressão da necessidade de justiça e benevolência no mundo material que “reforça o senso do dever natural”.

Entretanto, Smith apontou dois caminhos que poderiam desviar a virtude:

- A manutenção da Igreja através da cobrança do dízimo (Igreja Institucionalizada) retiraria o incentivo à catequese e ao apostolado;
- A associação de pessoas com orientação para determinado objetivo poderia acarretar a perda da virtude quando esse objetivo não fosse bem conceituado.

Dessa forma, Dugald Stewart – biógrafo crítico de Smith – referiu-se a uma última passagem da TSM como sendo a referência clara das perturbações originárias das instituições feudais: “O homem cujo espírito público é movido inteiramente pela

humanidade e benevolência respeitará os poderes e privilégios estabelecidos, sobretudo das grandes ordens e sociedades que se divide o Estado”.

## **1.2. David Ricardo**

Segundo Machado (2007), David Ricardo – nascido em 1772 – era de família classe média descendente de judeus sefarditas. Fez a sua instrução primária na Holanda e tornou-se corretor bem-sucedido na bolsa de valores londrina. Aos 21 anos de idade rompeu com a família e a religião para se casar com uma jovem quaker.

Nas diversas obras de Ricardo, entre os temas abordados destacam-se a teoria do valor-trabalho, a teoria da distribuição (relações entre lucro e salários), comércio internacional e moedas.

Uma das principais questões discutidas por Ricardo foi a distribuição do trabalho na sociedade, ou seja, a aplicação dos fatores de produção gera um produto que classifica a sociedade em três classes: proprietários (rentistas da terra), assalariados (trabalhadores) e capitalistas (lucros do capital).

Essa contribuição ricardiana exerceu grande influência nos economistas neoclássicos e, principalmente, sobre os economistas marxistas.

Embora apontado como o mais legítimo sucessor de Smith, Ricardo não foi um acadêmico como a maior parte dos principais economistas. Além disso, Ricardo não possuía a visão smithiniana de otimismo, ao contrário, era muito pessimista com relação ao futuro da humanidade.

Assim, Ricardo previa constante aumento da população e proporcional concorrência tanto na procura por emprego/trabalho como de alimentos, reduzindo a humanidade a um simples processo de subsistência. Na economia de Ricardo, portanto, os trabalhadores receberiam sempre o mínimo necessário para a própria subsistência – a chamada lei de ferro e fogo dos salários.

## **1.3. Karl Marx**

A biografia de Marx, disponível em <http://www.comunismo.com.br/biomarx.html>, indica que a sua família era judia originalmente e foi convertida ao protestantismo para seu pai poder prosseguir a carreira de advogado, face ao anti-semitismo existente à época na Prússia. Nascido em 1818, foi a harmonia do casal Hirschel e Henriette que contribuiu para que o filho Karl tivesse uma personalidade voltada para os estudos e fosse um excelente aluno.

Wolff (2008) considera que embora Marx seja reconhecido como inspirador do movimento comunista internacional, com as suas obras inspirando diversos regimes ao longo do século XX, é na filosofia e na economia política que suas obras repercutem com mais intensidade.

Assim, de acordo com Wolff (2008), no campo filosófico o materialismo histórico de Marx concentra-se na idéia de que as formas de ascensão e queda na sociedade impedem o desenvolvimento das forças produtivas – a terra, as técnicas de produção, os instrumentos de trabalho, as matérias-primas e o maquinário. Marx via o processo histórico como um procedimento das necessárias séries dos modos de produção – maneira como as forças produtivas se organizam e se desenvolvem dentro da relação social de trabalho – que culminariam no comunismo.

Dentro dessa concepção filosófica, ainda segundo Wolff (2008), para Marx a religião era fruto da opressão a que o homem estava submetido pela organização da sociedade. Marx acreditava que a religião tinha a função de distrair os oprimidos da realidade, enquanto os oprimidos explorados acreditassem que seus sofrimentos lhes conquistariam liberdade e felicidade no futuro, considerando a opressão como parte da ordem natural, um fardo necessário e não uma coisa imposta por outros homens.

A análise econômica de Marx sobre o capitalismo, de acordo com Wolff (2008), é baseada na sua versão da teoria do valor trabalho, incluídas a análise do lucro capitalista e a extração da mais-valia do proletariado explorado.

Tanto a análise histórica como econômica conduzem à previsão marxista da inevitável desagregação econômica do capitalismo, com a subsequente introdução do sistema econômico comunista.

Entretanto, Marx recusou-se a especular em detalhes sobre a natureza do comunismo, argumentando que isso seria decorrente de processos históricos e não necessariamente de uma pré-determinada moral ideal.

## **2. A Visão dos Clássicos**

Partindo da obra de Adam Smith, segundo Baran (1977), os economistas clássicos sempre se expressaram de forma explícita ao mostrarem que o progresso econômico dependia da remoção das instituições políticas, sociais e econômicas obsoletas e da criação de condições de livre concorrência sob as quais a iniciativa privada teria as mais amplas oportunidades para se desenvolver sem obstáculos.

Para Smith – que escreveu a sua obra antes da Revolução Industrial, em 1776 –, o produto social cresceria à medida que os progressos da divisão do trabalho se consumassem. Em seguida, afirmou que a divisão do trabalho teria como causa a “propensão do homem para comerciar” e que o tamanho do mercado limitaria a divisão do trabalho. Estaria criado, assim, um círculo vicioso já que o tamanho do mercado dependeria da produtividade e esta da divisão do trabalho, a qual dependeria do tamanho do mercado. Dessa forma, o raciocínio de Smith teria maior alcance explicativo no campo do comércio internacional, ou seja, o intercâmbio externo aumentaria o mercado e permitiria intensificar a divisão do trabalho (FURTADO, 2000).

A análise clássica do problema do valor sofreu uma mudança sutil, mas profunda, de Smith para David Ricardo, e, embora imperfeita, mostrou novas descobertas: “... a razão pela qual o produto bruto se eleva em valor comparativo é porque mais trabalho é empregado na produção da última porção obtida e não porque se paga renda ao proprietário da terra” (BARBER, 1971, p. 86). Essa argumentação de Ricardo – de 1817 –, que posteriormente ficou caracterizada como a teoria das vantagens comparativas, tornou-se um forte componente em favor do livre-comércio, principalmente de produtos agrícolas face às dificuldades da economia inglesa naquela época. Entretanto, os benefícios do comércio internacional exigiam um sólido sistema financeiro

internacional, pois qualquer falha no sistema monetário causaria uma possível ruptura na divisão internacional do trabalho e, com isso, haveria aumentos de preços que tornariam as exportações menos competitivas nos mercados externos e as importações mais atrativas nos mercados domésticos, originando assim uma forte pressão sobre o nível de emprego.

Quase à mesma época de Ricardo – 1820 –, Thomas Malthus, em sua análise sobre os excedentes, se opunha à corrente clássica do livre-comércio e defendia uma maior produção de alimentos baseada na proteção agrícola – inclusive com incentivos governamentais – para obter melhores preços e maiores investimentos, com o conseqüente aumento da produtividade do setor. Como principal argumentação, Malthus baseava-se no exemplo de uma pequena ilha que dependia da importação para atender boa parte de suas necessidades alimentares, e que, em uma situação de guerra ou de emergência, estaria completamente vulnerável e na dependência do suprimento externo (BARBER, 1971).

Em 1848, John Stuart Mill, também em seus "Princípios de Economia Política", inaugurou a análise do capitalismo sob o aspecto da exportação de capitais. Mill afirmou que as taxas internas de lucro seriam maiores se parte das poupanças domésticas fosse destinada a investimentos externos dirigidos ao suprimento de fontes alimentares e de matérias-primas, trazendo assim um duplo benefício para o país: redução da taxa interna de juros e garantia de fontes constantes de suprimento (BARBER, 1971).

Dessa resumida investigação sobre a visão dos economistas clássicos em relação ao nível de emprego, pode-se afirmar que, embora as principais análises se concentrassem em dois grandes campos: o processo de crescimento econômico em um período prolongado de tempo e a relação entre a distribuição resultante da renda e suas perspectivas; o fator trabalho esteve presente como um importante instrumento para a formulação das relações de preços e, conseqüentemente, para a manutenção do nível de emprego em um regime de livre concorrência.

### **3. A Visão Marxista**

A obra de Karl Marx, *O Capital*, foi concluída a partir de 1867 – o Livro Primeiro – e apenas parcialmente – Marx trabalhou nos livros Segundo e Terceiro até 1873, sendo que, a partir de sua morte em 1883, Friedrich Engels, seu fiel amigo e colaborador, concluiu em 1885 o livro Segundo e em 1894 o livro Terceiro – uma vez que os livros seguintes foram editados entre 1905 e 1933, bem após a morte de Engels. Marx e Engels iniciaram a parceria em 1844, quando publicaram *A Sagrada Família*, e, após outras obras, iniciaram *O Capital* em 1859 – como continuação à obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*, publicada naquele ano (MARX, 1985).

Este resumo histórico se faz necessário, pois há uma diferenciação muito acentuada entre o quadro econômico vigente no início da obra e o que se seguiria após a participação efetiva de Marx – a partir de 1873. O período de 1846 a 1866, Marx considerou como ideal para se estudar a acumulação capitalista, pois o progresso da produção foi classificado como “titânico” (MARX, 1985).

A partir de 1873 tem início um período denominado de Grande Depressão com duração até 1895 e que seria, segundo Beaud (1994), a segunda idade do capitalismo sob as seguintes características:

- Início de uma segunda geração de técnicos industriais e de indústrias;
- Afirmação do movimento operário que, nos países industrializados, arranca apreciáveis concessões;
- Concentração do capital e o surgimento do capital financeiro;
- Nova onda de colonização e de expansão em escala mundial, desembocando na “partilha do mundo” e na “grande guerra”.

Para Dobb (1978), na visão histórica de Marx o progresso havia sido um desfile de vários sistemas de classe, cada qual criando suas condições técnicas particulares e seus conseqüentes modos de produção, e, a essência da relação entre capitalista e trabalhador manteria uma estreita analogia entre senhor e servo e, assim, a classe possuidora de capital se apropriava do produto excedente ficando para a classe trabalhadora o necessário para a sobrevivência. Na visão marxista, concluiu Dobb, não havia produto excedente, mas apenas uma mais-valia controlada pela lei do valor e funcionando em um mercado competitivo onde a troca normal era uma transferência de equivalentes.

Furtado (2000), ao demonstrar o alcance da análise de Marx, afirmou que a intenção marxista foi a de provar que havia um interesse dos capitalistas em manter permanentemente desempregada uma parte da força de trabalho, utilizando a teoria do exército de reserva. Assim, os salários se manteriam relativamente baixos, porém, os capitalistas deixariam de apropriar-se de uma grande quantidade de valor que poderia ser criado pelos desempregados. Por isso Furtado concluiu que a idéia de Marx, de que o capitalismo pode avançar com crescente desemprego à custa de avanços cada vez maiores na técnica, carecia de consistência lógica.

Em análise similar, Barber (1971) verificou que, enquanto os capitalistas pudessem recorrer a trabalhadores desempregados para substituir os empregados que desejassem pagamento maior, não havia razão para se esperar que melhorassem as condições dos pobres. Mas nesse ponto Marx desafiou o enfoque clássico de que se devia encorajar os trabalhadores a limitar suas taxas de reprodução visando restringir a oferta de trabalho e fortalecer a sua posição de barganha.

Descreveu Marx como sendo “louca” a visão econômica que estimulava os trabalhadores a ajustar seu número às necessidades do capital, criando uma população relativamente excedente, um exército industrial de reserva (BARBER, 1971).

Diante dessas constatações, é interessante analisar-se duas observações que contribuirão para uma conclusão mais apropriada do pensamento de Marx sobre a questão do emprego:

- Mark Blaug (in Horowitz, 1972, p. 231 e 232) afirmou que a economia marxista proporciona uma teoria truncada das inovações economizadoras de fatores, na qual as mudanças nos seus preços influenciam a escolha de novas técnicas, mas não tratam no mesmo plano as que poupam capital e as que poupam trabalho. Ainda assim, Marx reconheceu que a taxa declinante de lucro induz os empresários a economizar capital fixo e capital de giro. A incapacidade de estudar as conseqüências de tais tendências constitui a debilidade fatal da teoria marxista de acumulação. Resulta-a em uma teoria de desenvolvimento econômico em que as perspectivas de investimento se esgotam não porque houve pouquíssimos progressos economizadores de trabalho, mas porque houve um número

excessivo deles. Dificilmente se poderá justificar essa conclusão em qualquer economia competitiva, e ela certamente se revelou irrelevante para a experiência dos países capitalistas desenvolvidos. Errou Marx em não prever a possibilidade da mão-de-obra tornar-se o fator relativamente mais escasso e esse foi um erro muito comum no pensamento econômico do século XIX;

- Wassily Leontief (in Horowitz, 1972, p. 88) demonstrou através de uma comparação simples para justificar a substituição da mão-de-obra pela maquinaria: se o preço do “trabalho eqüino” aumentasse em relação aos custos de operação de um trator, o agricultor substituiria o cavalo pelo trator e, dessa forma, cairia a procura por cavalos. Se os cavalos quisessem, e pudessem, viver com menores rações de cevada, desaparecia a postulada discrepância de preços e os mesmos encontrariam emprego novamente a um nível mais baixo de “taxas de forragem”. Caso contrário seria quase que inevitável um grave desemprego. Substituindo-se a palavra “trabalhadores” no lugar de “cavalos”, “taxas salariais” em vez de “taxas de forragem” e “empresário” ao invés de “agricultor”, e tem-se uma formulação bastante clara da questão do emprego e da sua solução.

## **Conclusão**

Sendo os economistas clássicos, principalmente Smith e Ricardo, partidários do livre-comércio, é evidente que em suas concepções a questão do emprego fosse tratada de uma forma explícita, pois a mesma estaria se relacionando com a expansão do mercado, que proporcionaria um maior nível de produção para poder atender esse efeito mercadológico. Simultaneamente, o nível de emprego também se expandiria, porém, não proporcionalmente, em face da intensificação da divisão do trabalho. Ricardo, entretanto, foi mais além ao abordar o perigo que uma falha no regime cambial poderia trazer para a divisão do trabalho, encarecendo as exportações e barateando as importações com a conseqüente eliminação das empresas nacionais e a redução do nível de emprego.

Embora de origens religiosas distintas – Smith era anglicano e Ricardo judeu sefardita, posteriormente convertido pela esposa em um quaker – mas com princípios e valores semelhantes – mesmo com Smith tendo visão otimista e Ricardo naturalmente pessimista – suas obras não possuem a mínima influência do caráter religioso de cada um, caracterizando-se exclusivamente como temas econômicos específicos.

Em oposição ao livre-comércio, o também economista clássico Malthus sustentava a necessidade de se proteger a produção agrícola a fim de aumentar a produtividade do setor. O seu argumento relacionava-se muito mais com a não-dependência quanto a produtos essenciais – no caso, alimentos – do que propriamente com a questão do emprego.

Mill, por sua vez, enfocou o capitalismo sob o ponto de vista do investimento externo, sem se preocupar com efeitos no nível de emprego. A sua linha de pensamento visava muito mais a garantia de fontes permanentes de suprimento e a redução da taxa interna de juros.

Com relação à obra marxista, e apesar da controvérsia já citada na Introdução, o que se verificou foi uma distorção do fator capital em relação ao fator trabalho.

Inicialmente, é importante mencionar-se a defasagem entre o período dos escritos de Marx – iniciado em um ciclo de progresso e publicado sob uma “grande depressão” – e a concepção diferenciada sobre a apropriação do capital em relação ao pensamento clássico.

Uma vez que a defasagem entre a redação e a publicação se refere a uma questão histórica, é sobre o segundo aspecto que se concentra esta conclusão. Assim, o fato de Marx considerar que não havia produto excedente, mas sim uma mais-valia, e que o mercado competiria através de um sistema de troca normal, tornaria os efeitos dessa concepção pouco relacionada com o nível de emprego.

Ademais, Marx afirmou que aos capitalistas interessava manter uma parte dos trabalhadores desempregada a fim de reduzir salários e avançar, mesmo com desemprego, em função do avanço técnico. Provou-se posteriormente que essa argumentação carecia de consistência lógica e estava incorreta em relação às economias competitivas dos países desenvolvidos.

Assim como Smith e Ricardo, Marx – originário de família judia convertida ao protestantismo para a continuidade da carreira de seu pai – não teve e não exerceu nenhuma influência religiosa sobre os seus diferentes escritos. Talvez o materialismo histórico e dialético possa explicar o ateísmo de Marx, mas isso é posterior à sua principal obra.

Finalizando, a síntese deste estudo é que a linha de pensamento de Smith, ampliada no tempo por Ricardo, é a que contempla os efeitos da abertura comercial – proposta pelos formuladores do livre-comércio – em relação ao nível de emprego. Os países que participarem da abertura comercial têm que estar alinhados com o aumento da produtividade para continuarem competindo na economia globalizada.

Uma outra conclusão decorrente é que a economia globalizada, pelo que se verificou no estudo, não é um fenômeno atual e sim originado com a proposta dos economistas clássicos.

### **Referências Bibliográficas**

BARAN, Paul Alexander. *A Economia Política do Desenvolvimento*. 4ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BARBER, William J. *Uma história do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo*. 4ª. edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

*Biografia de David Ricardo*. Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$david-ricardo](http://www.infopedia.pt/$david-ricardo), acesso em 28/08/08.

*Biografia de Karl Marx*. Disponível em <http://www.comunismo.com.br/biomarx.html>, acesso em 28/08/08.

DOBB, Maurice. *Economia Política e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10ª. edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOROWITZ, David (org.). *A Economia Moderna e o Marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MACHADO, Luiz. *Grandes Economistas X: A extraordinária contribuição de David Ricardo*. Conselho Federal de Economia, Brasília – DF, 2007. Disponível em [http://www.cofecon.org.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=893](http://www.cofecon.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=893), acesso em 28/08/2008.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 2ª. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. Revisão Eunice Ostrensky. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WOLFF, Jonathan. *Karl Marx*. Revisão de 2008 sobre o original publicado em 2003. Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/marx/>, acesso em 28/08/08.

\* \* \*